

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/322024270>

Turismo social: reflexões e práticas no Brasil (Social tourism: reflections and practices in Brazil)

Article · January 2016

CITATIONS

0

READS

325

1 author:



[Marcelo Almeida](#)

University of São Paulo

12 PUBLICATIONS 55 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Social Tourism [View project](#)

Turismo social: Reflexões e práticas no Brasil

Social tourism: Reflections and practices in Brazil

MARCELO VILELA DE ALMEIDA * [marcelovilela@usp.br]

Resumo | Embora não ocupe um lugar central na pesquisa turística, o turismo social tem atraído recentemente o interesse de pesquisadores de diversos países que se preocupam com aspectos que geralmente não encontram espaço nas discussões sobre o turismo convencional, tais como inclusão, acessibilidade, solidariedade, entre outros – razão pela qual se observa atualmente uma revalorização do tema no ambiente acadêmico. Tal preocupação adquire ainda maior importância face às novas conjunturas econômicas e geopolíticas que afetam tanto os países que têm tradição neste campo, como aqueles nos quais se verificam apenas iniciativas pontuais. Com base neste contexto, realizou-se uma pesquisa junto a fontes bibliográficas e documentais, bem como consultas a organizações e profissionais envolvidos com a atividade em suas práticas cotidianas, a fim de propiciar uma reflexão sobre os estudos mais recentes sobre o turismo social; além disso, são relatadas três experiências e práticas brasileiras que ilustram a importância de se viabilizar alternativas de turismo a segmentos da população que, de outro modo, provavelmente permaneceriam alijados desta forma de lazer. Discutem-se, por fim, desafios e perspectivas para o avanço da pesquisa e da prática do turismo social no Brasil e as possibilidades de articulação com o cenário internacional.

Palavra-chave | Turismo social, serviço social do comércio, programa trilhas da longevidade, programa turismo do saber, Brasil

Abstract | Commonly, Social Tourism has not been a topic of main interest in research about tourism. Recently though, it has been attracting the interest of researchers from several countries who are concerned about certain aspects of tourism that are not often brought up when discussing conventional tourism, such as inclusion, accessibility and solidarity, to mention some. This is why we are currently observing a re-evaluation of this theme in the academic environment. Such concern becomes even more important given the new economical and geopolitical situations that are affecting countries with tradition

* **Doutor em Ciências da Comunicação** (Relações Públicas, Propaganda e Turismo) pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). **Professor Doutor** da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP. **Membro** da Aliança para Formação e Pesquisa em Turismo Social e Solidário da Organização Mundial de Turismo Social (OITS).

in this field, as well as those that only have had occasional initiatives. Based on this, there is a bibliographic research, official publications, and consultations with organizations and professionals involved in the everyday practice of this form of tourism that provides a reflection on the most recent studies about social tourism. In addition, there is the mention of three Brazilian experiences and practices that illustrate the importance of viable tourism alternatives to segments of the population that otherwise, would probably remain priced out of this form of leisure. Finally, there is a discussion on challenges and prospects for the advancement of social tourism through practice and research of social tourism in Brazil, as well as a potential coordination with the international scene.

Keywords | Social tourism, social service of commerce, 'trilhas da longevidade' program, 'turismo do saber' program, Brazil

1. Introdução

Pode-se afirmar que o turismo social no Brasil sempre foi considerado um tema marginal no âmbito da pesquisa acadêmica – possivelmente porque sua prática está muito distante, em termos quantitativos, dos resultados obtidos pelo turismo convencional, de natureza puramente mercadológica. Até 2001¹, apenas duas teses defendidas na Universidade de São Paulo (USP) – instituição pioneira nos estudos do turismo em nível de pós-graduação no Brasil – tratavam explicitamente deste tema; na mesma pesquisa, localizaram-se também dois trabalhos de conclusão do curso de graduação em Turismo dedicados especificamente a ele (ainda que os públicos comumente associados ao turismo social, como pessoas com deficiências e idosos, tenham sido objetos de estudos sob outras abordagens, até com certa relevância em períodos mais recentes da produção acadêmica brasileira).

Nota-se, ainda, que este cenário manteve-se praticamente inalterado nos últimos quinze anos: em consulta à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, encontrou-se apenas uma dissertação de mestrado (de 2008, na área de Geografia Humana) a partir da busca pela palavra-chave 'tu-

rismo social'. Extrapolando-se a busca para além da USP, destacam-se outras três produções (duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado) que tratam explicitamente do tema – que, por outro lado, aparece com certa frequência de forma mais ou menos explícita em trabalhos apresentados em eventos e em periódicos científicos.

Ao mesmo tempo, curiosamente, o interesse pelo estudo do turismo social em âmbito internacional parece ter se renovado, talvez pela evidente necessidade de se pensar nestas questões do ponto de vista da utilidade social: um exemplo disto é a publicação, nos últimos anos, de livros e periódicos sobre o tema em alguns países (europeus, sobretudo).

Também verifica-se, com alguma regularidade, a realização de eventos sobre o turismo social como tema central ou periférico: no Brasil, por exemplo, a Administração Regional no Estado de São Paulo do Serviço Social do Comércio (Sesc), em parceria com a Organização Internacional de Turismo Social (OITS), organizou em 2011 o Encontro das Américas de Turismo Social² e, em 2014, o Congresso Mundial de Turismo Social³ (que incluiu em sua programação o II Encontro da Aliança para Formação e Pesquisa em Turismo Social e Soli-

¹Ano de conclusão da dissertação de mestrado do autor deste texto (Almeida, 2001).

²Tema do evento: turismo e inclusão – por uma visão social e humanista do turismo nas Américas.

³Tema do evento: turismo de desenvolvimento – unidade na diversidade.

dário – espaço de discussão acadêmico-científica sobre o tema).

Vive-se um momento muito oportuno para o desenvolvimento de pesquisas nesta área, ainda mais tendo em vista os desafios que se colocam para a área face às novas conjunturas econômicas e geopolíticas que afetam tanto os países que têm tradição neste campo, como aqueles nos quais se verificam iniciativas pontuais – que se veem constantemente ameaçadas pelo risco da descontinuidade.

Propiciar, pois, uma reflexão sobre os estudos mais recentes acerca do turismo social é, pois, o objetivo central deste texto; além disso, pretende-se relatar algumas experiências e práticas brasileiras que ilustrem a importância de se viabilizar alternativas de turismo a segmentos da população que, de outro modo, provavelmente permaneceriam impedidos da prática desta forma de lazer.

Para tanto, utilizou-se fundamentalmente de fontes bibliográficas (sobretudo as mais recentes, a fim de caracterizar o estado da arte) e documental sobre o tema, bem como de consulta a organizações e profissionais envolvidos com a atividade em suas práticas cotidianas (mencionadas na seção de agradecimentos deste texto).

2. Contextualização da pesquisa contemporânea sobre turismo social

Curiosamente, a exemplo do que acontece no Brasil, também na Europa se observou durante algum tempo, por parte da comunidade acadêmica, certo desinteresse pelo turismo social: Diekmann e McCabe (2011) apontam que, embora as origens do turismo social remontem ao começo do turismo moderno, esta forma específica de turismo recebeu pouca atenção do mundo acadêmico; o que, todavia, tem mudado recentemente, sobretudo graças a estudos realizados em países como a

França (um dos mais importantes neste campo) e no Reino Unido – e, para referendar tal afirmação, os autores indicam algumas referências bibliográficas que datam de 2005 em diante e que ilustram este renovado interesse.

Minnaert, Maitland e Miller (2013) compartilham desta opinião ao afirmarem que a pesquisa sobre turismo social (em língua inglesa, pelo menos) teve um rápido desenvolvimento nos últimos cinco a dez anos: tema antes tratado apenas esporadicamente, passou a receber uma crescente atenção por parte dos pesquisadores, resultando em um aumento do número de publicações e em um perfil de destaque nos estudos do turismo. Prova desta proeminente posição que o turismo social ocupa agora na pesquisa acadêmica sobre turismo é a edição especial da revista *Current Issues in Tourism* sobre o tema (publicada em 2011), organizada pelos referidos autores (também lançada sob a forma de livro em 2013).

Ainda sobre este avanço, Minnaert et al. (2013) mencionam que diversas abordagens e discussões a respeito ilustram como a pesquisa sobre turismo social tem se alargado e se ampliado nos últimos anos, e apontam que o tema tem sido pesquisado por autores de vários continentes e disciplinas, além de – mais recentemente – permitir o engajamento de outros agentes dos setores público, privado e de organizações não-governamentais em atividades de pesquisa.

Neste sentido, Diekmann e McCabe (2011) lembram que, em paralelo à produção acadêmica, há também numerosos relatórios anuais e análises de mercado produzidos por organizações nacionais e internacionais da área, como a OITS, a União Nacional das Associações de Turismo (UNAT) e a Family Holiday Association (FHA), por exemplo; entretanto, devido a barreiras de linguagem e de tradução, estas duas formas de literatura dificilmente se articulam, o que representa uma verdadeira lacuna no conhecimento sobre a área.

⁴Em outro texto, Diekmann e Jolin (2013) apontam que tais dificuldades de comparação derivam da significativa variedade

Os autores concluem que a ausência de transferência de conhecimento entre países (devido às dificuldades para se estabelecer comparações⁴) e entre organizações e a academia reduziu o nível de impacto da pesquisa sobre turismo social nas políticas sobre o setor.

No que diz respeito às diferentes possibilidades de abordagens, Minnaert et al. (2013) indicam que tais estudos vão desde a discussão sobre até que ponto pode-se falar na existência de um 'direito' ao turismo social até suas diferentes formas de implementação – visões apresentadas nos artigos que integram as mencionadas publicações de 2011 e 2013.

Da mesma forma, Diekmann e McCabe (2011) também afirmam que o conceito de turismo social engloba uma amplo rol de atividades, resultando muitas vezes em um baixo nível de conhecimento ou compreensão sobre seu significado. Salientam, ainda, que há diferentes possibilidades de abordagem do turismo social: enquanto boa parte da pesquisa adota uma perspectiva sociológica, na França, por exemplo, a literatura concentra-se em análises socioeconômicas e organizacionais. Tem-se, assim, como resultado desta diversificada gama de abordagens e políticas, uma eclética pesquisa, na visão de Diekmann e Jolin (2013).

Com base neste contexto, a OITS criou, em 2010, Aliança para Formação e Pesquisa em Turismo Social e Solidário⁵, com o objetivo de estabelecer uma plataforma entre instituições e pesquisadores de diversos países, incluindo, também, atores do setor operacional. Uma de suas primeiras iniciativas foi a realização, em maio de 2012, de uma conferência sobre o estado da arte da pesquisa sobre turismo social no mundo. Em 2014, no âmbito do Congresso Mundial de Turismo Social realizado em São Paulo/Brasil, ocorreu o II Encontro da Aliança e está prevista para outubro de 2016 a realização do III Encontro⁶, também

durante o Congresso Mundial da OITS.

O evento de 2012 deu origem a um livro comemorativo dos cinquenta anos da OITS (no qual se encontra o texto de Diekmann e Jolin, 2013) que reúne artigos de pesquisadores que abordam questões conceituais e realidades empíricas do turismo social em países como Portugal, França, Bélgica, Itália, Rússia, Marrocos, Turquia, Hungria, Reino Unido, Polônia e Brasil, além de apresentar um panorama geral sobre a diversidade de situações encontradas na América Latina. Em relação a pesquisas mais recentes, podem-se mencionar os trabalhos de Kastenzholz, Eusébio e Figueiredo (2015); Eusébio, Carneiro, Kastenzholz e Alvelos (2016); e Komppula, Ilves e Airey (2016) como exemplos de abordagens relativas a alguns públicos específicos e/ou a determinadas áreas geográficas, não se verificando nestas produções uma preocupação com o avanço conceitual do tema.

Entre os participantes da América Latina na Aliança para Formação e Pesquisa em Turismo Social e Solidário, destaca-se a ativa produção de Erica Schenkel⁷, que tem se dedicado ao estudo do tema na Argentina. Cabe, aqui, mencionar que o turismo social como tema de estudos na América Latina recebe atenção semelhante à verificada no Brasil. No Brasil, além do envolvimento pontual com o tema de alguns pesquisadores e autores (cuja produção pode ser encontrada nas listas de referências das obras aqui citadas), destacam-se os esforços de Almeida (2011) e Cheibub (2014) para empreender estudos sistemáticos e frequentes sobre o tema, que subsidiarão o texto a seguir. Como mencionado na introdução deste artigo, não se verifica atualmente o engajamento efetivo de outros pesquisadores com o tema no país.

de conceitos nacionais e de abordagens.

⁵<http://www.oits-isto.org/oits/public/section.jsf?id=181>

⁶http://web.penta-pco.com/isto2016/Meeting_of_the_Alliance

⁷<http://www.oits-isto.org/oits/files/resources/739.pdf>

3. Evolução conceitual

Ainda que exista certa dificuldade em se afirmar com precisão quando e onde se originou o turismo social enquanto prática, parece haver certo consenso entre os pesquisadores da área quanto ao pioneirismo do suíço Walter Hunziker que, nos anos 1950, propôs as primeiras definições deste tipo de turismo (Minnaert, Maitland & Miller, 2011; Diekmann & Jolin, 2013), nas quais evidenciavam-se alguns aspectos até hoje presentes nos estudos e práticas do tema: tratava-se de um tipo de turismo destinado a pessoas com baixos rendimentos às quais deveriam ser oferecidos serviços especiais que viabilizassem o engajamento nos movimentos turísticos. Tal entendimento estava diretamente ligado às políticas europeias de bem-estar social (*welfare state*), características do período seguinte ao fim da II Guerra Mundial.

Diekmann e Jolin (2013) mencionam, também, outro nome emblemático na reflexão sobre o significado do turismo social: Arthur Haulot, primeiro secretário geral do Bureau Internacional de Turismo Social (BITS) – antiga denominação da OITS. Haulot insere à questão econômica a necessidade da adoção de medidas de um caráter social bem definido – concepção balizadora da atuação do BITS durante quase toda a segunda metade do século XX.

Esta visão disseminada por Haulot e pelo BITS levou a uma compreensão mais ou menos generalizada do turismo social como oposto ao turismo comercial; neste sentido, Couveia (1995 apud Diekmann & McCabe, 2011) sugere que o turismo social deveria ser entendido como um tipo de turismo cuja característica principal ou exclusiva deveria ser sua finalidade não-lucrativa.

Ao longo do século XX, diferentes entendimentos do que deveria ser chamado de turismo social foram associados a diferentes práticas mundo afora – resultantes, evidentemente, de diferentes lógicas (Diekmann & Jolin, 2013), o que complexifica ainda mais o estudo acadêmico do tema.

Com base em pesquisa bibliográfica sobre definições de turismo social, Almeida (2001, p.128) propõe a seguinte definição, tendo em vista o contexto socioeconômico brasileiro do início do século XXI: "turismo social é aquele fomentado sociopoliticamente pelo Estado e organizado por entidades da sociedade civil (assistenciais, profissionais ou outras) com objetivos claramente definidos de recuperação psicofísica e de ascensão sociocultural dos indivíduos, de acordo com os preceitos da sustentabilidade, que devem estender-se às localidades visitadas". Parte desta definição foi apropriada pelo Ministério do Turismo do Brasil em publicação sobre segmentação do turismo (Ministério do Turismo, [s.d.]).

Uma noção importante que passa a ser incorporada mais recentemente ao conceito de turismo social é a de acessibilidade; entretanto, tal noção também adquire diferentes compreensões, variando de país para país e de acordo com os diversos contextos socioeconômicos (Diekmann & McCabe, 2011 apud Diekmann & Jolin, 2013). Para a OITS, que incluiu tal noção em seu estatuto,

Trata-se de tornar o turismo, as férias e suas vantagens acessíveis não apenas às camadas sociais que auferem rendimentos modestos (como definido anteriormente), mas também àquelas com características particulares que constituem obstáculos a esta acessibilidade. Além disto, a nova definição estabelece que tal acessibilidade diz respeito tanto às populações que viajam como àquelas dos países visitados. Neste sentido, o turismo social introduz uma dimensão de solidariedade entre visitantes e visitados. Enfim, a definição determina que o atendimento a esta acessibilidade envolva ao mesmo tempo os atores da sociedade civil e os poderes públicos (Diekmann & Jolin, 2013, p.5).

Ao institucionalizar tal visão, a OITS passa a considerar duas diferentes interpretações: a já conhecida interpretação de turismo social como 'turismo para todos' e, mais recentemente, a de 'turismo solidário' (Bélanger & Jolin, 2011 apud Minnaert et al., 2011), ao se referir à inclusão das populações receptoras.

Os possíveis papéis do poder público no desenvolvimento do turismo social, ainda que diferentes de país para país, são relativamente bem conhecidos, uma vez que muito do que já de produziu a respeito tratou exatamente desta abordagem (por ser frequentemente encontrada em diversos países da Europa, por exemplo); por outro lado, ainda resta inexplorada a análise da sociedade civil como partícipe deste movimento.

Para Diekmann e Jolin (2013), tal participação se dá por meio das associações, das cooperativas e das entidades mutualistas, que se inserem no âmbito da chamada economia social – conceito pouco familiar no Brasil, mas de significativa importância em países como a França e Canadá (sobretudo na província de Québec, de influência francesa). Com efeito, Demoustier (2006, p. 85) afirma que na França, "as associações de turismo gerenciam 1.500 estabelecimentos de férias (campings, estâncias de turismo etc.), empregando 900 assalariados e 23.500 temporários, para acolher 5 milhões de pessoas durante o equivalente a 34 milhões de dias de férias".

À guisa de conclusão sobre a questão conceitual, considera-se conveniente examinar a afirmação de Minnaert et al. (2011), para quem 'turismo social' se tornou um termo guarda-chuva para diferentes expressões deste fenômeno gerador de tensões e, por vezes, de contradições no que tange às diferentes interpretações e motivações.

Ao referirem-se aos vários beneficiários do turismo social e às motivações para seu fomento, propõem uma definição que, se não faz justiça às suas diferentes manifestações e às suas caracte-

rísticas individuais, ao menos posiciona o turismo social contra projetos que podem ser vistos como de natureza fundamentalmente econômica: trata-se de um turismo com um valor agregado moral, cujo objetivo principal é beneficiar tanto o visitado como o visitante nas relações de troca que se estabelecem a partir do turismo (Minnaert et al., 2011).

4. Experiências e práticas brasileiras de turismo social: em busca de consolidação

Em comparação com outros países, tanto da América Latina como da Europa, as atividades brasileiras no campo do turismo social são tímidas e pontuais, com algumas exceções. Além do exemplo do Sesc – entidade do chamado Terceiro Setor, composto por "[...] organizações que ocupam posição intermédia entre os entes de natureza pública e os de natureza privada [...]" (Lyra & Leal, 2009, p.306).) – apresentado a seguir, relatam-se também outras duas experiências de turismo social (estas de iniciativa governamental) que alcançaram alguma repercussão (ainda que apenas em âmbito regional): os Programas Trilhas da Longevidade e Turismo do Saber⁸.

4.1. O Serviço Social do Comércio (Sesc)

O Sesc é considerado uma entidade paraestatal, ou seja, atua ao lado do Estado (e em cooperação com este), exercendo atividades de manifesto interesse coletivo na consecução de finalidades públicas, valendo-se da eficiência característica do modelo privado (Lyra & Leal, 2009). Integra, assim como outras entidades da mesma natureza, o conjunto dos serviços sociais autônomos (também chamado, no Brasil, de sistema S), que "de-

⁸Estes dois programas foram apresentados na seção de e-pôsteres do Congresso Mundial de Turismo Social realizado em São Paulo em 2014, razão pela qual foram escolhidos para integrar este texto.

semprenham ações voltadas, precipuamente, à assistência social e à formação profissional, dentro do setor econômico ao qual se vinculam" (Lyra & Leal, 2009, p.304).

No caso do Sesc, como o próprio nome sugere, trata-se de organização vinculada à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), mantida pelos empresários destes setores com o objetivo de proporcionar bem-estar e qualidade de vida aos seus trabalhadores e a suas respectivas famílias (Serviço Nacional do Comércio, 2016b).

Fundado em 13 de setembro de 1946, surge no Rio de Janeiro (onde está estabelecido ainda hoje seu Departamento Nacional), atrelado à industrialização e à urbanização pelas quais o Brasil passava, espalhando-se pelo país ao longo da segunda metade do século XX (expansão que se mantém até os dias atuais – atualmente está presente em

cerca de 2.200 municípios).

O turismo social sempre foi uma das linhas de atuação do Sesc, desde suas origens, por meio da criação de estabelecimentos de hospedagem e da organização de roteiros de viagens (que, por vezes, contemplam a utilização de meios de hospedagem convencionais em destinos que não contam com equipamentos do próprio Sesc).

No Estado de São Paulo, as atividades de turismo social iniciam-se em 1948, com a inauguração do centro de férias Sesc Bertioga (Figura 1), localizado em município litorâneo de mesmo nome. Com uma impressionante estrutura (ainda mais para os padrões da época de sua inauguração), tornou-se modelo para a criação de centenas de equipamentos similares em todo o Brasil e na América Latina (Serviço Nacional do Comércio, 2016a).



Fonte: <http://www.sesc.com.br/portal/sesc/unidades/saopaulo/sesc+bertioga>

Figura 1 | Centro de Férias Sesc Bertioga (São Paulo/SP – Brasil)

Em 1951, iniciam-se as atividades de turismo emissor, por meio de excursões rodoviárias com pernoites e, posteriormente, é institucionalizado o Programa de Turismo Social do Sesc São Paulo (Figura 2):

Com ele, o Sesc em São Paulo buscava um caminho alternativo ao tu-

rismo concebido apenas como antídoto ao trabalho, como uma evasão permitida. Preocupava-se – e mantém este foco de atenção até hoje – em não apenas reproduzir uma viagem no formato tradicional, mas em organizar vivências turísticas que ofereçam aos participantes a possibilidade de de-

envolvimento de suas habilidades intelectuais e físicas, de aquisição de conhecimentos e de interação dos indivíduos, sempre por meio da oferta de produtos e serviços acessíveis ao seu poder aquisitivo ou adaptados a possíveis necessidades especiais da clientela. Dentre todos os vários enfoques de turismo social disponíveis internacionalmente, o Sesc em São Paulo adotou para seu Programa um conceito diferenciado, tão inovador quanto desafiador, cujas ações são balizadas por quatro princípios interdependentes: a democratização do acesso à atividade turística, o desenvolvimento social dos participantes, a educação pelo turismo e a educação para o turismo (Serviço Nacional do Comércio, 2016a).

Destaca-se, neste texto, a ação do Sesc São Paulo em decorrência de sua significativa expressividade em comparação com as administrações regionais dos demais Estados do país – o que se explica, em parte, por ser o Estado de São Paulo o mais importante da federação do ponto de vista econômico (tendo, portanto, o Sesc São Paulo condições mais favoráveis para seu crescimento). Tal expressividade manifesta-se em suas várias áreas de atuação, incluindo o turismo social, que apresenta permanentemente elevados volumes de atendimento.

Segundo dados obtidos junto à Gestão de Turismo Social do Sesc São Paulo (comunicação pessoal, 26 de agosto de 2016), em 2015 foram operacionalizados 826 roteiros (que podem ser de apenas um dia ou de maior duração, incluindo pernoites), que contaram com a participação de 28.298 pessoas; além disso, foram atendidas 47.736 pessoas na hospedagem do Sesc Bertioga.



Fonte: Acervo pessoal (Marcelo Vilela de Almeida)

Figura 2 | Material promocional de ações de turismo social do Sesc São Paulo

Ainda que, do ponto de vista do atendimento de uma demanda reprimida, seja inegável a importância da atuação do Sesc São Paulo (nas várias

áreas por ele oferecidas), tal atuação não é isenta de críticas – inclusive por parte do mercado turístico convencional, que vê no Sesc um concorrente

que disfruta de condições econômico-financeiras privilegiadas. Além disso, Cheibub (2014) discute a existência de certos 'ingredientes civilizatórios' do Programa de Turismo Social da instituição decorrentes das possibilidades de aquisição de educação e cultura (não encontradas em produtos turísticos 'convencionais'). Todavia, o autor relativiza tal peso, atribuindo estes pressupostos do turismo social do Sesc São Paulo a uma necessidade de diferenciação em relação ao oferecido pelo mercado turístico convencional:

[...] ao me aproximar, não vejo unilateralmente intencionalidades 'diabólicas' de uma instituição que quer controlar as pessoas para exercer mais poder. Enxergo antes de tudo que a propaganda acontece por uma questão de posicionamento de mercado, atrelada a uma imagem institucional: o Sesc, por possuir muito dinheiro, e apresentar um caráter misto – quase público – taticamente precisa justificar sua relevância social, oferecendo em suas programações conteúdos ditos 'diferentes', 'novos', 'enriquecedores', ou seja, o acesso a uma 'outra cultura' que o indivíduo, no discurso da instituição, provavelmente não conseguiria sem ela [...] (Cheibub, 2014, p.187).

Seja como for, não há no Brasil nenhuma organização ou iniciativa que se aproxime do Sesc (e, como enfatizado, do Sesc São Paulo mais especificamente) no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo social – razão pela qual a organização goza, há muito tempo, de reconhecimento internacional. Cabe destacar que o Sesc São Paulo ocupa atualmente a presidência da OITS Américas (seção regional da OITS para o continente americano) e que o Sesc tem parceria com a Fundação INATEL (conhecida instituição portuguesa de lazer e turismo social, cuja atuação é semelhante à

do Sesc), que permite a utilização dos meios de hospedagem do Sesc pelos clientes da INATEL e vice-versa.

4.2. O Programa Trilhas da Longevidade

Uma iniciativa recente, mas já digna de nota, é o Programa Trilhas da Longevidade, desenvolvido pela Prefeitura de Uberlândia (município do Estado de Minas Gerais), cuja população com idade igual ou superior a sessenta anos – foco do programa – corresponde a mais de um terço do total dos habitantes (são 246.660 pessoas, o que equivale a 37,6% da população total, que é de 654.681 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conforme mencionado em relatório de prestação de contas do programa – comunicação pessoal, 07 de setembro de 2016). Tal relatório, obtido por comunicação pessoal com a responsável pela operacionalização do Programa (Viviane Lemes, da agência de turismo Flamar Turismo Técnico e Cultural), é a fonte de todos os dados sobre o Programa Trilhas da Longevidade aqui mencionados (exceto quando houver referência explícita a outra fonte).

Foi instituído pelo Decreto Municipal nº 14.650, de 31 de Janeiro de 2014, e implantado em junho de 2014, e é viabilizado integralmente pelo poder público municipal. Está vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, que responde também por um conjunto de equipamentos e serviços específicos aos idosos.

Seu objetivo, segundo Viviane Lemes (comunicação pessoal, 07 de setembro de 2016), é o de oferecer "[...] aos idosos do município viagens turísticas de caráter cultural e de conhecimento evidenciando seu caráter de turismo inclusivo e social". Os participantes são definidos a partir dos critérios estabelecidos no referido decreto, como: possuir idade igual ou superior a sessenta anos; possuir renda inferior a dois salários mínimos vi-

gente; possuir plena condição física e mental, devidamente comprovada por atestado médico, para realizar viagens; e ser usuário do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo à Pessoa Idosa do Município de Uberlândia, entre outros (Decreto n. 14.650, 2014).

Enquanto política pública, o Programa Trilhas da longevidade destaca-se por oferecer oportunidade de cultura e lazer a quem muito trabalhou em prol de suas famílias e do desenvolvimento da cidade e que poucas oportunidades tiveram em realizar viagens turísticas. Outro mérito diz respeito à melhoria da qualidade de vida dos participantes na medida em que fortalece os vínculos de convivência e laços de amizade, remédio eficaz contra a depressão e outros problemas que afetam a saúde da pessoa idosa (V. Lemes, comunicação pessoal, 07 de setembro de 2016).

O programa é operacionalizado por uma agência de turismo, a Flanar Turismo Pedagógico, Técnico e Cultural, que venceu uma concorrência pública para prestar tal serviço junto à Prefeitura de Uberlândia.

A agência de viagens Flanar Turismo, com atuação no mercado de Uberlândia e região desde 2008 e com foco no turismo técnico, cultural e da terceira idade desenvolveu todo o planejamento e execução das viagens seguindo etapas e especificidades de serviços prestados a idosos tais como segurança, acessibilidade, alimentação

adequada, apoio de profissional de saúde a bordo, carro de apoio e roteiros inteligentes e encantadores aos sentidos. Preocupou-se com a permanente capacitação da equipe de trabalho, elaboração e aplicação de instrumentais de inscrição, instrumental para descrição do estado de saúde devidamente comprovado por atestado médico para realizar viagens e avaliação dos serviços por meio de opinário para medir o grau de satisfação dos serviços prestados (V. Lemes, comunicação pessoal, 07 de setembro de 2016).

Em decorrência de sua atuação na condução do programa, a referida agência foi classificada entre as cinco finalistas do Prêmio Braztua de Sustentabilidade – 2015⁹ na categoria agências de viagem. Na avaliação dos executores do programa, os resultados obtidos ao longo de seus dois anos de existência foram satisfatórios e superaram as expectativas:

De junho de 2014 até setembro de 2016 foram ofertadas 22 viagens a um total de 945 idosos [...], com destinos regionais contemplando os atrativos turísticos de Caldas Novas, Araxá, Peirópolis (Uberaba), Sacramento, Conceição das Alagoas, Olímpia e Barretos, municípios localizados em três diferentes Estados (V. Lemes, comunicação pessoal, 07 de setembro de 2016).

⁹Premiação concedida anualmente pela Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (BRAZTOA).



Fonte: Acervo pessoal (Viviane Lemes)

Figura 3 | Participantes de uma das viagens realizadas no âmbito do Programa Trilhas da Longevidade

Interessante iniciativa levada a cabo pelo setor público, o Programa Trilhas da Longevidade merece, ainda, mais estudos que permitam uma avaliação qualitativa dos resultados obtidos, bem como de suas limitações e possibilidades de revisão, manutenção e expansão: verifica-se, por exemplo, no decreto de sua criação, que não é permitida a participação de acompanhantes dos idosos (Decreto n. 14.650, 2014), o que pode restringir a participação de parte da população-alvo do programa.

4.3. Programa Turismo do Saber

Em 1984, no Estado de São Paulo, iniciaram-se dois projetos governamentais de turismo social direcionados a crianças: 'Interior na Praia' e 'Redescobrimo o Interior' que, por sua vez, integravam o Programa 'Caravanas do Conhecimento' – projetos, esses, que se constituíram em objeto de estudo da tese de Bavaresco (1991), na qual ressalta a importância e o ineditismo dessas ações, realizadas para escolares "[...] com subvenção de órgãos estaduais e municipais e dentro de claras perspectivas educacionais [...]"(Bavaresco, 1991, p.VIII). Tais

projetos funcionavam, ao mesmo tempo, como veículos de educação para o lazer, veículos de educação pelo lazer e veículos de educação política, buscando a obtenção de reflexos positivos no ensino do então chamado primeiro grau através da aproximação da escola com a sociedade.

Em 2011, o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Turismo, reeditou tais iniciativas, que foram rebatizadas como Programa 'Turismo do Saber'. Realizado em parceria com as prefeituras municipais do Estado entre 2011 e 2014, tinha por objetivo propiciar viagens para crianças da rede pública com idade entre nove e onze anos (prioritariamente de baixa renda) a outros municípios paulistas.

As viagens tinham duração de cinco dias, e compreendiam alojamento, transporte rodoviário e três refeições por dia, em duas edições por ano: 'Interior na Praia', realizada em janeiro (Figura 4); e 'Litoral no Campo', realizada em julho. De acordo com a Secretaria de Turismo do Governo do Estado de São Paulo (comunicação pessoal, 23 de agosto de 2016), de 2011 até 2014 foram realizadas seis edições, das quais participaram 5.760 crianças no total, que viajaram a 121 municípios.



Fonte: <https://caraguatur.wordpress.com/2013/01/16/>

Figura 4 | Participantes do Programa Turismo do Saber em visita ao município de Caraguatatuba/SP

A partir de 2016 o projeto ganhou novo formato: as viagens se converteram em 'Estudos do Meio', com duração de um dia com o objetivo de possibilitar às crianças novas experiências de vida por meio de atividades lúdicas e do contato com diferentes paisagens, culturas e hábitos, de modo a agregar novos valores, ampliar horizontes e permitir a aquisição de conhecimentos (Secretaria de Turismo do Governo do Estado de São Paulo, comunicação pessoal, 23 de agosto de 2016).

Trata-se também de uma saída do ambiente escolar, a fim de aprofundar os conteúdos desenvolvidos na sala de aula através da visita a determinados atrativos turísticos. Também é trabalhada a conscientização turística com os alunos participantes, abordando, de forma interdisciplinar, a atividade turística como fator de desenvolvimento sustentável (Secretaria de Turismo do Governo do Estado de São Paulo, comunicação pessoal, 23 de agosto de 2016).

Até o momento foram atendidas, neste novo formato, 200 crianças de seis municípios do Estado,

que visitaram um município no litoral paulista, segundo a Secretaria de Turismo do Governo do Estado de São Paulo (comunicação pessoal, 23 de agosto de 2016).

A exemplo do Programa Trilhas da Longevidade, este programa também carece de avaliações aprofundadas, sobretudo face a esta significativa mudança recente de formato, que significa a construção de relações muito diferentes das crianças com elas próprias (em relação à questão da autonomia e da independência decorrente da ausência dos pais, por exemplo), das crianças entre si (socialização), com os demais participantes (professores e monitores) e com os ambientes visitados, em um período tão curto de tempo (em comparação com o formato original, que parecia propiciar uma maior riqueza de experiências).

5. Considerações finais

Embora verifique-se uma renovação do interesse pelo estudo do turismo social, como pode ser atestado pelo lançamento de publicações e pela realização de eventos sobre o tema, nota-se a exis-

tência, ainda, de um vasto campo para a pesquisa (tanto quanti-qualitativa como quali-quantitativa, a depender do enfoque a ser adotado), preferencialmente inter ou transdisciplinar.

Visto que as limitações e divergências, tanto conceituais como pragmáticas, não são uma exclusividade da realidade brasileira (uma vez que manifestam-se, também, em países com tradição neste campo), abrem-se diversas oportunidades para colaborações entre pesquisadores de outros países – o que, ainda que timidamente, já vem ocorrendo. Sendo assim, a internacionalização da pesquisa, bem como a troca de experiências entre os responsáveis por ações e iniciativas de gestão e operação do turismo social, é algo extremamente desejável, ainda mais se for possível a articulação entre estes dois mundos (acadêmico e profissional), capaz de permitir ganhos para ambos os lados.

A análise da literatura e das experiências concretas apontam múltiplos caminhos e perspectivas para a pesquisa turística em diversas áreas disciplinares e sob diversos enfoques: temas como o direito ao turismo, a liberdade de escolha versus a intencionalidade nas programações de turismo social, a educação para e pelo turismo, a avaliação de políticas públicas da área, o engajamento da sociedade civil, os impactos da crise do estado de bem-estar social e do avanço do neoliberalismo sobre as políticas e ações de turismo social, o desenvolvimento do turismo social em outros países da América Latina, o efeito das conjunturas econômicas sobre as taxas de participação nos movimentos turísticos são apenas alguns ainda por conhecer.

Tais questões revelam-se ainda mais urgentes face aos acontecimentos políticos e econômicos que afetaram tanto o Brasil como os países desenvolvidos nestas duas primeiras décadas do século XXI e que impõem desafios cada vez maiores à academia e ao setor profissional no tocante à democratização do acesso ao turismo e às suas contradições intrínsecas, como por exemplo a expansão do turismo, com todas as suas consequências já bem conhecidas.

Agradecimento

A Viviane Lemes e Lidiane Marques (Flanar Turismo Pedagógico, Técnico e Cultural), a Flávia Roberta Costa e Sílvia Hirao (Gestão de Turismo Social do Sesc São Paulo), e a Ana Cristina Clemente e Rosa Maria Lancellotti (Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo/Brasil), pelo fornecimento de informações sobre os programas de turismo social mencionados neste texto.

Referências

- Almeida, M. V. de (2011). The development of social tourism in Brazil. *Current Issues in Tourism*, 14(5), 483–489. <http://doi.org/10.1080/13683500.2011.568057>
- Almeida, M. V. de. (2001). *Turismo social; por uma compreensão mais adequada deste fenômeno e sua implicação prática na realidade atual brasileira*. Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bavaresco, I. P. (1991). *Práticas de participação democrática em projeto de turismo social; 'Interior na Praia' e 'Redescoberto o Interior'*. Tese de Doutorado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bélanger, C. É., & Jolin, L. (2011). The International Organisation of Social Tourism (ISTO) working towards a right to holidays and tourism for all. *Current Issues in Tourism*, 14(5), 475–482. <http://doi.org/10.1080/13683500.2011.568056>
- Cheibub, B. L. (2014). *A história do turismo social no Serviço Social do Comércio-SP*. Tese de Doutorado, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- Decreto n. 14.650. (2014, 31 de janeiro). Dispõe sobre o programa Trilhas da Longevidade no município de Uberlândia e dá outras providências (2014). Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia. Recuperado em 9 de setembro de 2016, de http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/leismunicipais/2/1/Decreto_n_14650-2014.doc

- Demoustier, D. (2006). *A economia social e solidária: um novo modo de empreendimento associativo* (N. N. Campanário, trad.). São Paulo: Loyola.
- Diekmann, A., & Jolin, L. (2013). Introduction: le tourisme social marqué au sceau de la diversité. In A. Diekmann & L. Jolin (Org.), *Regards croisés sur le tourisme social dans le monde: l'apport de la recherche* (pp. 1–11). Québec: Presses de l'Université du Québec.
- Diekmann, A., & McCabe, S. (2011). Systems of social tourism in the European Union: a critical review. *Current Issues in Tourism*, 14(5), 417–430. <http://doi.org/10.1080/13683500.2011.568052>
- Eusébio, C., Carneiro, M. J., Kastenholz, E., & Alvelos, H. (2016). The impact of social tourism for seniors on the economic development of tourism destinations. *European Journal of Tourism Research*, 12, 5–24.
- Kastenholz, E., Eusébio, C., & Figueiredo, E. (2015). Contributions of tourism to social inclusion of persons with disability. *Disability & Society*, 30(8), 1259–1281. DOI: 10.1080/09687599.2015.1075868
- Komppula, R., Ilves, R., & Airey, D. (2016). Social holidays as a tourist experience in Finland. *Tourism Management*, 52, 521–532. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.tourman.2015.07.016>
- Lyra, R. C. B., & Leal, M. D. F. O. (2009). Serviços sociais autônomos: divergências teóricas acerca do regime jurídico ao qual se subordinam. *Dat@venia*, 1(1), 303–314. Recuperado em 09 de setembro de 2016, de <http://revista.uepb.edu.br/index.php/datavenia/article/view/512/295>
- Minnaert, L., Maitland, R., & Miller, G. (2013). Introduction. In *Social tourism; perspectives and potential* (pp. 1–4). Abingdon: Routledge.
- Minnaert, L., Maitland, R., & Miller, G. (2011). What is social tourism? *Current Issues in Tourism*, 14(5), 403–415. <http://doi.org/10.1080/13683500.2011.568051>
- Ministério do Turismo. ([s.d.]). *Segmentação do turismo; marcos conceituais*. Brasília, DF: Autor. Recuperado de http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf
- Serviço Nacional do Comércio. Administração Regional no Estado de São Paulo. (2016a). *Sobre o Turismo do Sesc*. Recuperado 9 de setembro de 2016, de <http://www.sescsp.org.br/turismo/sobre-o-sesc-turismo/>
- Serviço Nacional do Comércio. Departamento Nacional. (2016b). *Sobre o Sesc*. Recuperado 9 de setembro de 2016, de http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/